

Título do capítulo	CAPÍTULO 6 – FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS NO SUDESTE PARANAENSE
Autores(as)	Sergio Moreno Redón Gabriel Moraes de Outeiro Ana Carolina Campos Melo Rafael Gonçalves Gumiero
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-044-8/capitulo6

Título do livro	NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS: ABORDAGENS TERRITORIAIS DA IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA E DA PRECARIEDADE HABITACIONAL
Organizadores(as)	CLEANDRO KRAUSE ROSANA DENALDI
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-044-8
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-044-8

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS NO SUDESTE PARAENSE

Sergio Moreno Redón¹
Gabriel Moraes de Outeiro²
Ana Carolina Campos Melo³
Rafael Gonçalves Gumiero⁴

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades brasileiras, a partir da segunda metade do século XX, deu-se, principalmente, a partir da transformação da sociedade brasileira em uma sociedade urbana, seja por meio da consolidação das grandes cidades ligadas à indústria, seja por meio do desdobramento dessa rede em uma trama articulada por metrópoles, cidades médias, núcleos urbanos e pequenas cidades espalhadas por todo o território nacional (Monte-Mór, 2006; Santos, 2013; Stamm *et al.*, 2013). Esse crescimento acentuou desigualdades sociais a partir de uma lógica de ordenamento urbanístico que se comprometeu apenas com uma parcela dos espaços construídos (Rolnik, 2009; Maricato, 2013), reproduzindo formas de segregação socioespaciais que atingem as populações mais vulneráveis em termos de renda, gênero e raça (Miranda, 2020). Nesse sentido, a moradia informal no Brasil manifesta uma realidade complexa que se associa ao fato de que pessoas em vulnerabilidade socioeconômica são excluídas do mercado formal de acesso à terra e, por consequência, ocupam, e constroem de forma irregular, espaços marcados por condições de precariedade e baixa cobertura de serviços urbanos básicos. Historicamente, são espaços ocupados como estratégia de sobrevivência e de reprodução social dos trabalhadores pobres urbanos.

Essa temática foi largamente debatida desde os anos 1970 no Brasil, a partir da análise de favelas, assentamentos precários, aglomerados subnormais e de temas correlatos. Duas considerações devem ser realizadas para contextualizar a pesquisa que será apresentada neste capítulo. Primeiro, o trabalho de quantificação

1. Professor adjunto no Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Iedar/Unifesspa). *E-mail*: <smredon@unifesspa.edu.br>.

2. Professor adjunto no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Icsa)/Unifesspa. *E-mail*: <gmouteiro@unifesspa.edu.br>.

3. Pesquisadora integrante do projeto Produção de Subsídios à Formulação de Políticas Públicas para a Região de Carajás, da Unifesspa. *E-mail*: <carolmelo.08@gmail.com>.

4. Professor adjunto no Iedar/Unifesspa. *E-mail*: <gumiero@unifesspa.edu.br>.

e caracterização dessas áreas é um grande desafio, devido aos diferentes limites de cada uma das metodologias existentes (Morais, Krause e Lima Neto, 2016). Diante dessa dificuldade metodológica, as pesquisas que denotam alguma forma de quantificação e caracterização da moradia informal e/ou precária no sudeste paraense ainda são poucas. Nesse reduzido conjunto de pesquisas, encontram-se: *i)* os estudos de aglomerados subnormais do IBGE (2019), que contemplaram as cidades de Marabá, Parauapebas, Jacundá e Itupiranga; *ii)* alguns trabalhos acadêmicos sobre as principais cidades da região (Trindade Júnior *et al.*, 2016; Cardoso, Melo e Gomes, 2017); e *iii)* estudos de caso sobre cidades com economias urbanas mais dinâmicas, como é o caso de Canaã dos Carajás (Bandeira, 2014). Porém, o levantamento do conjunto intrarregional de núcleos urbanos informais (NUIs) nos municípios do sudeste do Pará não está presente em nenhum deles.

Segundo, compreendemos a pesquisa como uma tentativa de cumprir o primeiro objetivo da regularização fundiária urbana (Reurb), contemplado no art. 10, inciso I, da Lei nº 13.465/2017: “identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior”.

Sendo assim, a proposta metodológica geral, à qual pertence esta pesquisa, procurou caracterizar os NUIs incluindo também a impossibilidade de obter a titulação do imóvel, junto às noções de clandestinidade e irregularidade urbanística, conforme dispõe a Lei de Regularização Fundiária nº 13.465/2017.

Na Amazônia, assim como na realidade brasileira de forma geral, a existência de cidades precede a generalização do fenômeno urbano. No interior dela, a ocupação se intensificou em um período mais recente e como parte de uma estratégia do Estado para integrar a região ao resto do país (Corrêa, 1987; Leitão, 2009). Ademais, as desigualdades socioespaciais e a informalidade na Amazônia manifestam dimensões específicas devido aos elementos que caracterizam a sua trajetória histórica, marcada por uma significativa diversidade natural, social e econômica, sendo imprescindível à análise considerar os diferentes contextos ambientais e socioculturais amazônicos (Porto-Gonçalves, 2015). Sob esse viés, a contribuição deste capítulo para a compreensão do processo de urbanização na Amazônia, em específico no sudeste paraense, não pretende ser exaustiva nem abrangente.⁵

Este capítulo apresenta um panorama sobre os NUIs dos municípios localizados na região de influência imediata das cidades de Marabá e Parauapebas, na mesorregião do sudeste do Pará, a qual constitui, no âmbito da Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil (Pesquisa NUI), o Polo de Marabá. O

5. Para um debate mais amplo, ver Cardoso *et al.* (2020), Godfrey e Browder (1996) e Corrêa (1987).

objetivo deste capítulo é tratar da formação, quantificar e caracterizar os NUIs da região. Os resultados da pesquisa se basearam em informações coletadas sobre os NUIs de quatorze desses municípios⁶ e priorizaram a identificação de características como: tipologia, origem, localização, dinâmica imobiliária interna, situação da urbanização e dos serviços de infraestrutura básica. Este estudo buscou analisar os NUIs a partir do reconhecimento de suas especificidades regionais e locais, que podem oferecer subsídios à formulação de estratégias e ações institucionais de regularização fundiária.

O método de pesquisa adotado baseou-se na aplicação de dois procedimentos. Primeiro, um questionário aplicado aos técnicos das prefeituras sobre a experiência municipal em processos de regularização fundiária, além da coleta de dados e/ou informações oficiais sobre os NUIs. O segundo procedimento visou ao levantamento de informações para a caracterização de cada NUI.⁷ A abordagem da pesquisa consistiu em aplicar as técnicas de coleta de dados em trabalho de campo, desde o início da pesquisa até março de 2021.⁸

O capítulo está estruturado em três seções, além desta introdução. Na segunda seção, realizou-se uma breve revisão do processo de urbanização do sudeste do Pará, a partir de uma revisão da literatura sobre os principais momentos econômicos e de expansão urbana na região, que subsidiaram a identificação de três tipologias de ocupação importantes para caracterizar os municípios pesquisados. Além disso, buscou-se compreender a questão fundiária urbana à luz do conceito de “urbanização extensiva” (Monte-Mór, 1994). Na terceira seção, apresentam-se os resultados da pesquisa, com dados coletados sobre NUIs na região de influência imediata do Polo de Marabá. Na quarta seção, são tecidas as considerações finais sobre a caracterização dos núcleos no sudeste paraense.

2 URBANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE NUIs NO SUDESTE PARAENSE

A dinâmica fundiária da Amazônia Oriental se relaciona com o processo de colonização e o de disputa por terras, enraizados na própria formação econômica e social do país. A estrutura fundiária, nesse contexto, foi produzida a partir de uma sucessão de instrumentos legais para garantir a posse e a propriedade,⁹ e tem no

6. A coleta foi possível em quatorze dos dezessete municípios considerados no estudo.

7. Também foram coletadas fontes secundárias, como planos diretores e outras legislações municipais, e foram cartografadas as poligonais de cada núcleo, porém esses dados não foram utilizados na redação deste capítulo.

8. Após o início da quarentena e da implementação das medidas preventivas adotadas pelas instituições federais de ensino e pelos órgãos do governo estadual e municipais a fim de reduzir a difusão do contágio do vírus propagado pela covid-19, os contatos tiveram de ser realizados de forma remota, por telefone ou videoconferência. A partir de julho de 2020, com a melhora nas condições dos contágios, foram combinadas as duas estratégias.

9. Esses instrumentos advindos da legislação colonial, imperial, federal e estadual podem ser divididos cronologicamente em quatro períodos: Regime de Sesmarias (1500-1821), Regime das Posses (1821-1850), Regime da Lei de Terras (1850-1889) e Período Republicano – 1889 até os dias atuais (Treccani, 2009).

poder público um agente essencial do processo (Fischer, 2018). Sob o lema de que a Amazônia era um espaço supostamente vazio, a ocupação territorial foi inicialmente ancorada em ações militares e econômicas, com objetivo de garantir a proteção das fronteiras e a soberania nacional no século XVII, assim como a sustentação de uma economia mercantil baseada na exploração de recursos naturais (Loureiro, 2009). Nesse processo, destacou-se a economia da borracha, que transformou a Amazônia em um espaço econômico importante, não somente para a economia brasileira, mas também para o próprio mercado internacional de comercialização do produto (Ventura Neto, 2017).

Do ponto de vista territorial, durante os primeiros ciclos econômicos de exploração da natureza (drogas do sertão, cacau, borracha, castanha, minérios, entre outros), houve o fortalecimento de um padrão de circulação vinculado aos rios, que garantiu o transporte de pessoas e mercadorias (Cardoso e Lima, 2006; Saidler, 2015). Esse padrão ribeirinho de organização da rede urbana articulou os entrepostos comerciais localizados nas calhas dos rios, sobretudo durante a economia da borracha. Assim, houve um movimento de ocupação que se originou nos vales dos rios, em regiões relativamente acessíveis, e se desenvolveu, de modo a configurar um padrão classificado como dendrítico (Corrêa, 1987), que deu suporte a diferentes dinâmicas econômicas, desde as explorações do baixo Tocantins até as frentes de expansão pecuária e as dinâmicas comerciais do Maranhão. Nesses interstícios, novos assentamentos foram surgindo, outros entraram em declínio ou se amalgamaram à matriz de origem indígena, seguindo a navegação fluvial (Cardoso e Lima, 2006; Vicentini, 2004).

Ao longo dos primeiros séculos de ocupação do sudeste paraense, a maioria dos migrantes se instalaram à beira dos rios, onde se consolidaram os entrepostos comerciais, durante os ciclos da borracha e da castanha. Em oposição e inicialmente em menor número, também foram criados eixos de ocupação em terra firme, onde se realizavam atividades agrícolas temporárias, isoladas e de subsistência (Velho, 2013).

Após o declínio da economia da borracha, na década de 1920, Marabá emergiu como a principal cidade do sudeste do Pará, e tornou-se um importante centro de extração e comércio da castanha-do-pará. A economia da castanha se baseou em um arranjo socioespacial chamado castanhal, que funcionou até 1925, por meio de um sistema de castanhais livres, os “castanhais do povo”. Nesse período, Marabá cresceu e seu núcleo pioneiro começou a receber coletores de castanhas, comerciantes e garimpeiros, os quais habitavam de forma temporária o núcleo urbano (Velho, 2013).

Na década de 1930, o extrativismo da castanha se expandiu, e o sistema de castanhais livres foi substituído pelo arrendamento. Com o apoio do governo do estado, o novo sistema passou a ser a principal forma de domínio de grupos de famílias sobre as terras da região. Foi nessa mesma época que parte dessa população,

especialmente de origem maranhense, que antes realizava trabalhos temporários e com grande mobilidade pela região, passou a fixar residência às margens do rio Tocantins, a partir do cultivo e da criação de gado, em escala modesta (Velho, 2013).

O acesso aos castanhais permaneceu definido por um sistema de arrendamento até a década de 1950, quando o governo do estado do Pará passou a conceder títulos, os chamados aforamentos, em glebas de até 9 mil hectares, aos comerciantes, que se tornaram proprietários das florestas de castanha-do-pará (Emmi, 1999) e constituíram uma oligarquia local, com poder econômico e político, além de exercer controle sobre as terras da região (Emmi, 1999).

Os proprietários mais influentes eram membros de famílias de Marabá, como os Mutran, comerciantes que se instalaram no município durante a década de 1920 e foram um dos principais grupos econômicos, chegando a ter mais de 80% das concessões de terras na região (Emmi, 1999; Petit, 2003). Os Mutran controlaram parte da coleta, produção de óleo e comercialização da castanha, alcançando mais de 40% da produção nacional na década de 1970 (Otsuki, 2011).

As concessões de extensas glebas às famílias se ampliaram continuamente, enquanto a população também aumentava rapidamente. Nesse contexto, os migrantes e os trabalhadores temporários passaram a se estabelecer na região com suas famílias e começaram a investir em outras atividades econômicas, em escala modesta. Para extrativistas, comerciantes, fazendeiros e garimpeiros recém-chegados, o sudeste do Pará representava um lugar de oportunidades promissoras. No entanto, ali já se consolidava o desenho de uma estrutura fundiária baseada na definição de propriedades, de modo a favorecer determinados grupos econômicos. Inicialmente, esse processo foi amplamente dominado por grandes proprietários de castanhais, a partir de ações legitimadas pelo governo estadual (Emmi, 1999; Petit, 2003).

O relacionamento entre mão de obra, atividade produtiva e uso da terra, durante as economias extrativas da borracha e da castanha, caracterizou um sistema comercial que funcionou na região, cuja navegação foi um importante meio de circulação, e originou novos municípios, como Itupiranga e Jacundá,¹⁰ emancipados de Marabá. Em outros municípios, como Ipixuna, a dinâmica mais importante foi a extração mineral.

Apesar da influência dos proprietários de terras locais, que tiveram seu poder originado com a frente extrativista da castanha, até meados da década de 1960, a maior parte das terras eram públicas (Loureiro, 2015; Loureiro e Pinto, 2005). Esse foi um fator fundamental para explicar o surgimento de novos assentamentos

10. Apesar de ter uma origem na vila Arraial, às margens do rio Tocantins, depois da construção da Central Hidroelétrica de Tucuruí, nos anos 1980, a cidade ficou submersa nas águas do lago, e sua população foi deslocada para uma nova vila, às margens da Rodovia Paulo Fontelles (PA-150), que interliga Marabá e Goianésia do Pará.

no interior do território, alguns dos quais se tornaram depois sedes municipais ou vilas rurais. Foi assim que, na metade do século XX, se constituíram os assentamentos de São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Bom Jesus do Tocantins. Esses locais seguiram o padrão de ocupação dendrítico, dominante até aquele momento, posteriormente alterado, quando o vetor de expansão urbana passou a ser orientado pela abertura de novas estradas. Tal orientação transformou a rede urbana amazônica de um padrão secular baseado nos rios (dendrítico) para a matriz rodoviária. Com base nesses padrões, no mapa 1, evidenciam-se três tipologias para os dezessete municípios pesquisados (dendrítica, rodoviária e híbrida). Essa caracterização apoia a análise e a compreensão das características atuais dos NUIs investigados e suas formas de ocupação.

MAPA 1

Tipologias de assentamentos nos dezessete municípios pesquisados

Fontes: Corrêa (1987); Cardoso *et al.* (2020); Google Earth; e IBGE (2019).
Elaboração dos autores.

Na década de 1950, o governo brasileiro criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com objetivo de incentivar projetos de desenvolvimento econômico na região. Inicialmente, grande parte da intervenção federal na Amazônia concentrou-se na abertura de rodovias e estradas vicinais. A primeira, e uma das mais importantes, a rodovia Belém-Brasília (BR-010), foi iniciada ainda nesse período pela SPVEA. Essa agência se tornou a Superintendência de Desen-

volvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, e contribuiu para acelerar a integração da região ao território brasileiro. A Sudam promoveu uma política de incentivos fiscais (Lei nº 5.174/1967), importante para a transformação do espaço regional e urbano da Amazônia e, em particular, do sudeste paraense. Os incentivos fiscais dirigidos à iniciativa privada atraíram grandes empresas do sul e sudeste do país. Tais incentivos originaram tanto a formação de novos projetos agropecuários na Amazônia ligados a grupos de fora da região quanto aceleraram a conversão das terras de castanhais em fazendas de criação de gado pelos grandes proprietários locais, herdeiros das concessões anteriores. Os grandes proprietários utilizaram a mão de obra de migrantes recém-chegados e da população local para transformar florestas em pastagens. Esses trabalhadores eram, muitas vezes, expulsos dessas terras após a limpeza do terreno (Otsuki, 2011). Nas décadas de 1970 e 1980, essa forma de exploração do trabalho resultou no deslocamento de trabalhadores em busca de novos postos de trabalho, assim como mobilizou a ocupação de terras devolutas e imóveis improdutivos – com títulos definitivos ou de aforamentos (Pereira, 2013).

As ações de incentivo do governo federal à indústria pecuária, madeireira e de exploração mineral contribuíram de forma substantiva para a formação de uma estrutura fundiária marcada pela concentração de terras (Emmi, 1999), com profundas implicações sobre as formas de apropriação, controle e uso do solo rural e urbano no sudeste do Pará (Melo, 2015). O conflito pela terra generalizou-se, em especial, durante os anos 1980 e 1990, quando diversos movimentos sociais camponeses se fortaleceram e reivindicavam ações de reforma agrária, diante do modelo de desenvolvimento baseado na grande propriedade. Entre 1988 e 2015, na mesorregião do sudeste paraense, houve 443 ocupações de terra por parte de movimentos sociais, 78% do total do Pará (Miranda, 2017, p. 159). Esses movimentos têm pressionado, em certa medida, a institucionalização de uma política de assentamentos rurais (Fernandes, 1999). Em consequência desse cenário, que atraiu migrantes com a expectativa de empregos gerados pelos grandes projetos econômicos e da promessa de ações de colonização agrícola e de reforma agrária, a região conta com um grande número de vilas. A maioria delas se encontra em situação de informalidade, seja pela ausência da titulação de seus ocupantes, seja pela carência de condições básicas de acesso a serviços e infraestrutura.

A expansão urbana recente do sudeste paraense está fortemente associada a esse padrão de ocupação e crescimento econômico moderno-rodoviário, acompanhado pela intensificação da migração de trabalhadores para a Amazônia. As extensas rodovias promoveram o encontro de diferentes grupos marginalizados no espaço: coletores de castanha, camponeses, posseiros, trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais, que naquela época chegavam à região atraídos pelos programas de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de crédito rural (Otsuki, 2011). Tais grupos sociais marginalizados se mobilizaram para formar sindicatos, ocupar terras e reivindicar direitos, o que

resultou no aumento das disputas por terra e no avanço da ocupação continental e urbana, cuja expressão se deu com a formação de bairros pobres e periféricos, tanto em cidades como Marabá quanto em núcleos urbanos às margens das rodovias de integração e colonização ou próximos de grandes projetos (Leitão, 2009).

Esse movimento de ocupação e expansão urbano-rural do sudeste paraense é um exemplo expressivo da “urbanização extensiva”, elaborada e caracterizada por Monte-Mór (1994). Segundo o autor, a urbanização extensiva corresponde ao processo de espraiamento do tecido urbano-industrial “que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais” (Monte-Mór, 1994, p. 3). Segundo o mesmo autor, esse movimento, simultaneamente vetor de modernidades e cidadania em direção às fronteiras e regiões remotas, torna possível a politização intensa e rápida de sujeitos, como os povos da floresta, na Amazônia, ou amplia a interpretação, a dos próprios moradores e imigrantes, que habitam sedes municipais, vilas rurais e outras formas urbanas na Amazônia (Cardoso e Lima, 2006). O conceito deriva da interpretação de Henri Lefebvre (2004) sobre o fenômeno urbano e foi desenvolvido a partir da interpretação dos processos de urbanização na Amazônia.

O urbano extensivo é simbólica e materialmente representado pelas redes virtuais (representacionais, institucionais etc.) e físicas (prédios, estradas, hidrelétricas etc.), que criam articulações entre o espaço natural e o espaço construído (urbano e/ou rural). Assim, a rápida produção e extensão do tecido urbano-industrial sobre o espaço produz desdobramentos sobre as condições de produção e reprodução da sociedade e da natureza. A abertura da rodovia Transamazônica, a expansão de empreendimentos pecuários, madeireiros e minerais, os projetos de colonização dirigida, assim como as iniciativas institucionais, como a concessão de incentivos de crédito às grandes empresas, são exemplos da extensão do tecido urbano sobre o território.

Na década de 1970, Marabá foi definida como zona de segurança nacional, devido à suposta ameaça que a “Guerrilha do Araguaia” representava aos interesses do Estado, que se traduziu em uma forte presença militar na região (Schmink e Wood, 2012). Essa ação era voltada, sobretudo, à execução do Projeto Grande Carajás (PGC), projeto de extração mineral na Serra dos Carajás (Tourinho, 1991; Emmi, 1999), à época situado no município de Marabá e hoje, de Parauapebas. A presença militar e a estatal na região foram decisivas para acelerar a transferência de poder das mãos da antiga oligarquia local para os grupos econômicos recém-chegados à região.

A região de Carajás foi destacada entre as áreas identificadas no diagnóstico socioeconômico do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

(Polamazônia),¹¹ por seu potencial de extração de recursos naturais. O projeto Carajás,¹² em toda sua extensão, criou desdobramentos significativos sobre o espaço amazônico, que motivaram a formação de novos assentamentos humanos ao longo das estradas, o crescimento da população urbana na região, o surgimento de novos padrões de ocupação, a valorização da terra e a formação de novas centralidades.

Do conjunto de objetivos do Polamazônia que se traduziram em ações na região de Carajás, destacam-se: *i*) os projetos de colonização agrícola e a concessão de títulos para o assentamento da população, como foi o caso dos Centros de Desenvolvimento Regional (Cederes) I, II – atual Canaã dos Carajás – e III; *ii*) os projetos de mineração, sobretudo da mina de Carajás, assim como a implantação das siderúrgicas em Marabá; *iii*) a elaboração dos planos diretores dos municípios São Félix do Xingu, Conceição do Araguaia e Tucuruí e o plano de expansão urbana de Marabá; e *iv*) obras logísticas para escoamento da produção e integração à economia nacional, tais como: a ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, a ponte sobre o rio Araguaia (integração do Pará a Goiás), a estrada de acesso à Serra dos Carajás (Serra Norte), a PA-279, em São Félix do Xingu, o porto de Marabá e os aeroportos de São Félix do Xingu, de Conceição do Araguaia e Marabá (Sudam, 1976).

Os impactos dessas ações conduziram ao rápido aumento de migrações, associadas à expansão das novas frentes econômicas, com impacto sobre o processo de urbanização no sudeste do Pará. Como é observado na tabela 1, o crescimento da maioria das cidades na região foi rápido para os últimos cinquenta anos, sobretudo com a formação de novos municípios, até a década de 1990 (mapa 1).

Essa intensa subdivisão de municípios criou uma pressão sobre a capacidade administrativa das prefeituras em relação à aplicação de políticas públicas, em especial nas áreas rurais. Cardoso e Lima (2006, p. 63) apontam que, só a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), as atribuições administrativas das prefeituras se estenderam às áreas rurais, assim como a “responsabilidade pela provisão de infraestrutura física e social em aglomerações de menor escala, mesmo naquelas que tiveram sua origem vinculada à realidade rural (agrovilas e vilas)”.

11. No sudeste do Pará, o processo de modernização realizado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) deu origem ao Polamazônia, que foi criado pelo Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. A proposta visava criar polos de crescimento voltados para atividades com suposto potencial econômico. Tais investimentos fortaleceram trajetórias econômicas até hoje expressivas e incentivadas pelo Estado na região, como a produção agropecuária e a mineração em larga escala (Costa, 2009; Schmink e Wood, 2012).

12. A região do sudeste paraense é fortemente impactada pela mineração desde a instalação do PGC, na década de 1980, que integrou um conjunto de projetos minerometalúrgicos, agropecuários e florestais, com uma área de abrangência inicial de 900 mil quilômetros quadrados. Atualmente, os principais projetos minerais em operação no sudeste paraense são: Projeto Ferro Carajás (Parauapebas), Projeto S11D e Sossogo (Canaã dos Carajás), Projeto Serra Leste (Curionópolis) e Projeto Salobo (Marabá).

TABELA 1
Evolução da população dos municípios do Polo de Marabá

Município	1970	1980	1990	2000	2010	2020
Abel Figueiredo	-	-	-	5.957	6.780	7.486
Bom Jesus do Tocantins	-	-	15.952	13.106	15.298	17.118
Brejo Grande do Araguaia	-	-	11.939	7.464	7.317	7.368
Canaã dos Carajás	-	-	-	10.922	26.716	38.103
Curionópolis	-	-	38.672	19.486	18.288	17.846
Eldorado dos Carajás	-	-	-	29.608	31.786	33.940
Itupiranga	5.368	10.364	37.011	49.655	51.220	53.355
Jacundá	2.229	4.305	43.012	40.546	51.360	59.842
Marabá	24.798	47.875	123.668	168.020	233.669	283.542
Nova Ipixuna	-	-	-	11.866	14.645	16.854
Palestina do Pará	-	-	-	7.544	7.475	7.582
Parauapebas	-	-	53.335	71.568	153.908	213.576
Piçarra	-	-	-	12.671	12.697	12.979
Rondon do Pará	-	-	40.879	39.870	46.964	52.803
São Domingos do Araguaia	-	-	-	20.005	23.130	25.753
São Geraldo do Araguaia	-	-	38.540	27.486	25.587	24.566
São João do Araguaia	15.348	29.633	19.824	12.040	13.151	14.105

Fontes: Sudam (1975); a partir de 1990, Sinopse do Censo Demográfico 2010, consultado em IBGE (disponível em: <<https://bit.ly/3iQddds>>); para 2020, dados auferidos na Fapespa e constam como uma previsão demográfica (disponível em: <<https://bit.ly/3N3ESo1>>).

Elaboração dos autores.

Em cumprimento aos objetivos do Polamazônia, em 1980, foi criado o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, para controlar os conflitos de terra no sudeste do Pará, por meio de ações de reforma agrária. Aliando a mediação de conflitos ao objetivo de fornecer alimentos no contexto do PGC, o Getat estabeleceu os projetos de colonização Carajás I, II e III e, a partir de uma visão de planejamento baseada no urbanismo rural, criou os Cederes I, II e III. Nesses projetos, foram assentadas mais de 1.550 famílias originárias de diversas regiões. O Cedere II (hoje parte de Canaã dos Carajás), chegou a ter destaque no estado por sua produção agrícola, porém, durante a década de 1980, os cultivos foram sendo substituídos por pastagens, enquanto as pequenas propriedades deram lugar às médias e grandes fazendas de criação de gado, bastante características da atual paisagem de Canaã (Cabral, Enríquez e Santos, 2011; Cardoso, 2013). Em 1985, após a extinção do Getat, a assistência técnica aos colonos foi praticamente interrompida, o que gerou o deslocamento de colonos para outras localidades, enquanto os colonos remanescentes iniciaram mobilizações pela emancipação política da área.

A exploração mineral de Carajás e a formação dos assentamentos agrícolas do Getat contribuíram para o surgimento de Parauapebas, que foi desmembrada de Marabá, em 1989 (Saidler, 2015). O município de Parauapebas até hoje é marcado pela presença da grande empresa mineradora, responsável pelo projeto que deu origem à sede de Parauapebas, e pela construção do Núcleo Urbano de Carajás (NUC), uma *company town* localizada na Serra de Carajás. A instalação de *company towns*, as chamadas cidades-empresas,¹³ expressa um processo de reconfiguração socioespacial associado à inserção de grandes projetos econômicos e de uma racionalidade moderno-industrial na Amazônia, a exemplo de empreendimentos como o PGC (Rodrigues, 2007). Para além das *company towns*, os processos contemporâneos de urbanização do sudeste paraense ilustram, na escala intraurbana, algumas das chaves teóricas que Milton Santos utilizou para interpretar a “especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos” (Santos, 1986), como a definição do que ele intitulou “espaço derivado”: “espaços (que) se organizam e reorganizam em relação a interesses distantes: sua organização é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros importados, tomados de empréstimo aos sistemas representativos desses interesses distantes (Santos, 1986, p. 105).

A partir da ideia de *espaço derivado*, é possível afirmar que os desdobramentos resultantes da inserção de grandes projetos no sudeste paraense são muito mais manifestações de uma vontade externa do que de organizações ou forças locais. Tais padrões de urbanização, baseados, sobretudo, em interesses de fora e alheios à região, quando transportados para esses contextos, expressam padrões limitados, tanto no que diz respeito à forma quanto no que diz respeito à função que exercem nessas realidades. A ilegalidade e a irregularidade urbanística, a ausência de atributos de urbanidade, a precariedade das formas de ocupação e os conflitos socioambientais são exemplos da rápida e intensa transformação do espaço baseada em padrões modernos, exógenos e, ao mesmo tempo, incompletos.

A incompletude do processo de urbanização em territórios periféricos frequentemente articula precariedade, irregularidade fundiária e transformação das formas preexistentes de relacionamento sociedade-natureza em padrões distantes da realidade local e regional.

Exemplo dessa conversão do autóctone para o moderno é o caso do núcleo urbano de Nova Marabá. O projeto urbanístico modernista realizado pelo governo federal, por intermédio da Sudam, possuía como premissas planejar a cidade para receber fluxos migratórios, solucionar o problema das enchentes na Marabá Pioneira e implantar um modelo urbano adequado ao modo de vida da população

13. Esses projetos não foram exclusivos da região, encontram-se exemplos em outros locais da Amazônia (Trindade Júnior, 2010; Trevisan, 2011).

amazônica. Além de os objetivos propostos não terem sido cumpridos, o projeto da Nova Marabá, que não chegou a ser implantado em sua totalidade, baseou-se em parâmetros urbanísticos e de escala completamente distintos daqueles praticados nos demais núcleos de Marabá (Tourinho, 1991). O projeto não se mostrou uma solução para a questão das enchentes do Núcleo Pioneiro, nem foi uma alternativa para contenção de núcleos espontâneos no restante da cidade. As intervenções modernistas no espaço urbano do sudeste do Pará mantiveram-se e excluíram grande parte dessa população das ações de planejamento, o que aumentou o contraste entre o aparato de investimentos em infraestrutura logística e a precariedade das formas de moradia da população pobre, que continuou a ocupar espaços ausentes de saneamento e de condições de urbanidade, como é característico dos assentamentos precários (Pontes, 2015).

A expansão da ocupação espontânea nos municípios do sudeste do Pará aconteceu em paralelo às ações planejadas pelo Estado. E, seguindo o movimento metropolitano, manifestou-se com a formação de bairros autoconstruídos, ocupações cada vez mais distantes do centro e formação de pequenos centros de serviços informais à beira das estradas. Com a imposição da matriz rodoviária e a eliminação da navegação até o baixo Tocantins, devido à construção da hidroelétrica de Tucuruí, algumas cidades estabelecidas durante o período anterior às ações do Estado, situadas às margens dos rios, passaram por um processo de declínio, enquanto aquelas localizadas à margem de estradas tiveram suas terras valorizadas (Cardoso *et al.*, 2020).

A cidade de Curionópolis é um exemplo particular desse processo de ocupação. Localizada no Km 30 da PA-275, o núcleo foi formado durante a década de 1970, a partir da chegada de trabalhadores em busca de emprego no Projeto Ferro Carajás, e cresceu na década seguinte, como ponto de apoio à extração de ouro em Serra Pelada, e teve nesse momento seu núcleo principal organizado pela intervenção do Exército. Posteriormente, em 1988, Parauapebas, a segunda cidade da região em população, surgiu como um assentamento informal às portas da Floresta Nacional de Carajás, no acesso à mina de ferro e à vila de Carajás.

A urbanização produzida nas cidades mineradoras do sudeste do Pará revela maior grau de aderência aos padrões de modernização, associados à conexão global-local dos projetos de extração de minérios. Esses contextos também alcançam rendas municipais excepcionais, obtidas por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em comparação com os demais municípios da região.

Como narrado anteriormente, são recorrentes tais dinâmicas de rápida urbanização na realidade amazônica, especialmente em locais impactados por projetos de extração de recursos (Godfrey e Browder, 2006). Em meados da década de 2000, devido à elevação do preço e da demanda por *commodities*, as principais cidades da região experimentaram um novo ciclo de transformações. O *boom* do minério promoveu a abertura das minas do Sossego (2005) e do Projeto S11D (2015), ambas em Canaã dos Carajás (Melo e Cardoso, 2016), e uma mudança profunda no espaço urbano da cidade e de seu entorno, onde se localizam diversas vilas urbano-rurais (Bandeira, 2014). As atividades produtivas da agropecuária e da mineração também afetaram o tecido urbano, seja por meio da atração de novos investimentos, serviços e migrantes, seja mediante a implantação de grandes infraestruturas de apoio logístico para o escoamento da produção de minério, a exemplo da ampliação da Estrada de Ferro Carajás, em apoio à operação do Projeto S11D. Durante esse período, ampliou-se a demanda por serviços terceirizados e por sua mão de obra, que chegaram aos municípios de mais dinamismo em busca, respectivamente, de oportunidades financeiras e postos de trabalho abertos pela mineração, pecuária e construção civil (Miranda e Gomes Júnior, 2017; Melo e Cardoso, 2016). Neste último setor econômico, as políticas de urbanização e produção habitacional, por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007 até 2010, e, posteriormente, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tiveram um forte impacto, o que aqueceu o mercado imobiliário local.

O exposto anteriormente buscou revelar a complexidade das questões relacionadas à urbanização do sudeste do Pará, ao mesmo tempo que foi um exercício de caracterização dos municípios pesquisados, segundo três tipologias de ocupação: dendrítico (São João do Araguaia), rodoviário (Parauapebas) e híbrido (Marabá). Além disso, houve uma tentativa de ressaltar elementos da urbanização em municípios sob maior influência da mineração (como Parauapebas, Canaã, Marabá e, em menor medida, Curionópolis), uma vez que a atividade minerária gerou dinâmicas socioespaciais de exceção nos territórios em que se inseriu (Zhourri, Bolados e Castro, 2016; Svampa, 2019).

3 NUIs NAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DE MARABÁ E PARAUPEBAS

Nesta seção, apresenta-se o detalhamento de algumas características dos NUIs para o Polo de Marabá, ou seja, as regiões de influência das cidades de Marabá e Parauapebas. Priorizou-se a apresentação do quantitativo por tipologia e por tempo de estabelecimento, a dinâmica imobiliária interna, a situação da urbanização e a da infraestrutura básica.

Na pesquisa foram identificados 214 NUIs, distribuídos de forma desigual entre quatorze municípios (tabela 2), 25% dos quais se encontram em situação precária e 44%, parcialmente urbanizados (tabela 5). Dos quatorze municípios¹⁴ onde houve a coleta de informações, destaca-se a grande concentração de NUIs em três deles, todos municípios impactados por atividades minerárias. Entre os dois mais populosos (tabela 1), Marabá possui 64 NUIs (29,9% do total coletado) e Parauapebas, 38 NUIs (17,8%). É significativo o caso de Canaã dos Carajás, município criado em 1994 e com 34 NUIs identificados (15,9%), o único dos municípios que conta com uma política municipal de regularização institucionalizada e com dados atualizados para toda a zona urbana. Na sequência, com dezesseis NUIs (7,5%), está Itupiranga; Jacundá, terceira cidade com maior população em 2021, conta com treze (6,1%), número igual ao de São Domingos do Araguaia. Com menos de dez NUIs, estão Piçarra (9 NUIs, 4,2%), Palestina do Pará (8 NUIs, 3,7%), Abel Figueiredo e Bom Jesus do Tocantins com quatro NUIs (1,9%), Brejo Grande do Araguaia, Eldorado de Carajás e Rondon do Pará com três NUIs (1,4%) e, finalmente, São João do Araguaia com dois NUIs (0,9%).

Segundo a metodologia utilizada neste trabalho para caracterização dos tipos, os NUIs poderiam ser classificados como favela ou ocupação espontânea, loteamento irregular ou clandestino, conjunto habitacional, distrito ou povoado, sede municipal e/ou ocupação por populações tradicionais (tabela 2). Como resultado dessa classificação, identificaram-se nos municípios pesquisados quatro tipos de NUIs, com base no tipo predominante ou mais comum.

TABELA 2
Caracterização dos NUIs por tipologia – Polo de Marabá

Município	Favela ou ocupação espontânea		Loteamento irregular ou clandestino		Conjunto habitacional		Distrito ou povoado		Sede municipal ¹		Ocupação por populações tradicionais		Outro	
Abel Figueiredo	0	0,00	1	25,00	0	0,00	3	75,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bom Jesus do Tocantins	2	50,00	2	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Brejo Grande do Araguaia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Canaã dos Carajás	4	11,76	22	64,71	1	2,94	6	17,65	1	2,94	0	0,00	0	0,00
Eldorado do Carajás	0	0,00	1	33,33	0	0,00	2	66,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Itupiranga	2	12,50	6	37,50	0	0,00	8	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Jacundá	4	30,77	9	69,23	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Marabá	35	54,69	2	3,13	1	1,56	24	37,50	1	1,56	1	1,56	0	0,00

(Continua)

14. Somente em três municípios não foi possível levantar essas informações, Curionópolis, Nova Ipixuna e São Geraldo do Araguaia.

(Continuação)

Município	Favela ou ocupação espontânea		Loteamento irregular ou clandestino		Conjunto habitacional		Distrito ou povoado		Sede municipal ¹		Ocupação por populações tradicionais		Outro	
Palestina do Pará	1	12,50	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7	87,5	0	0,00	0	0,00
Parauapebas	11	28,95	20	52,63	6	15,79	1	2,63	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Piçarra	4	44,44	5	55,56	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Rondon do Pará	2	66,67	1	33,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
São Domingos do Araguaia	1	7,69	5	38,46	0	0,00	6	46,15	0	0,00	0	0,00	1	7,69
São João do Araguaia	2	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	68	31,78	74	34,58	8	3,74	53	24,77	9	4,21	1	0,47	1	0,47

Fonte: Brasil e Ipea (2021).

Nota: ¹ É uma das sete tipologias de caracterização dos NUIs, definida pela equipe de pesquisa da Universidade Federal do ABC (UFABC) para uniformizar a caracterização e classificação da precariedade dos NUIs identificados no *Estudo da demanda para regularização fundiária de assentamentos urbanos no âmbito do Programa Papel Passado* (Almeida, 2018). Esta tipologia considera como sede a totalidade da zona urbana do município quando esta não apresenta diferenciação socioespacial significativa. Porém, os NUIs identificados nesta categoria para as cidades de Marabá e Canaã dos Carajás se relacionam com a origem da cidade e não com o conjunto da área urbana da cidade. Isto se produz porque os técnicos municipais desconheciam a definição original e interpretaram a tipologia como associada à formação histórica do núcleo urbano.

Elaboração dos autores.

De acordo com as análises realizadas, em primeiro lugar, encontram-se os NUIs predominantemente caracterizados segundo a tipologia loteamento irregular ou clandestino, o mais comum na região, aparecendo em onze dos quatorze municípios. Destacam-se, com 50% ou mais dos NUIs municipais, Canaã dos Carajás, Jacundá, Parauapebas, Piçarra e Bom Jesus do Tocantins. No segundo grupo, os NUIs são formados por favela ou ocupação espontânea, com presença também em onze dos municípios, com destaque para Marabá, com 54,69% de favela ou ocupação espontânea, 37,50% de distrito ou povoado e 3,13% de loteamento irregular ou clandestino. Este último dado chama a atenção, pois destoa dos outros municípios, nos quais os loteamentos irregulares ou clandestinos compõem um mínimo de 25% dos NUIs municipais. Depois de Marabá, em Rondon do Pará, foram identificados 66,67% de NUIs favela ou ocupação espontânea e 33,33% de loteamento irregular ou clandestino, enquanto em São João do Araguaia os dois NUIs mapeados foram caracterizados como favela ou ocupação espontânea.

FIGURA 1

Panorâmica da Folha 1 ou bairro Beira Rio Tocantins: ocupação espontânea – Marabá



Elaboração dos autores.

No terceiro grupo, foram reunidos os municípios com NUIs predominantemente caracterizados segundo a tipologia distrito ou povoado, como é o caso daqueles identificados nos municípios de Abel Figueiredo, Brejo Grande do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins e Eldorado do Carajás. Em outros municípios, os NUIs distrito ou povoado dividem ocorrência com outras tipologias, como é o caso de São Domingos do Araguaia e Itupiranga, este último o único município pesquisado que até 2010 apresentava maior proporção de população rural do que urbana.

FIGURA 2

Casas da Vila Carne do Sol: distrito ou povoado – Abel Figueiredo



Elaboração dos autores.

Os NUIs de distrito ou povoado manifestam-se como uma tipologia recorrente, encontrada em oito dos quatorze municípios pesquisados, com origem ligada às ações estatais que incentivaram a migração de trabalhadores, em especial atraídos pelos projetos de colonização agrícola e por oportunidades de trabalho em grandes empresas instaladas na região. No sudeste do Pará, os NUIs de distrito ou povoado correspondem às chamadas vilas, como são chamadas na região, consideradas núcleos que estão no limiar entre o urbano e o rural. A origem dessas vilas está, em grande medida, associada à criação e consolidação de projetos de assentamento titulados ou em processo de titulação, sob responsabilidade do Incra, e são raros os casos identificados em que o processo de regularização urbanístico-fundiário passou a estar sob coordenação do município, como foi o caso da Vila Planalto, em Canaã dos Carajás. Essas vilas são muito diversas em termos de relacionamento com a sede municipal dos municípios (quanto à distância e dependência), quanto à situação urbanístico-fundiária e às atividades econômicas que desenvolvem seus

habitantes (daí algumas não serem consideradas como urbanas) e tempo de ocupação. A atividade de garimpo também originou vilas, como é o caso do Garimpo das Pedras, no município de Marabá.

O quarto grupo incorpora os municípios cujos NUIs são predominantemente caracterizados segundo a tipologia sede municipal, a exemplo de Palestina do Pará, com 87,5% e outros 12,5% de NUIs favela ou ocupação espontânea. Diferentemente dos casos de Marabá e Canaã dos Carajás, onde a sede é só um NUI, Palestina do Pará seria o único caso em que a sede municipal pode ser entendida como conjunto da área urbana de uma cidade.

FIGURA 3

Imagem do bairro Rua Nova: sede municipal – Palestina do Pará



Elaboração dos autores.

A tabela 3 demonstra que boa parte dos assentamentos informais estão formados há mais de dez anos, mais de 71%, especialmente sede municipal, distritos e povoados e os núcleos de ocupação espontânea ou favelas. Enquanto, entre os NUIs mais recentes, de cinco a dez anos, com menor incidência sobre o quantitativo total, representado por 27% dos NUIs, destacam-se os conjuntos habitacionais e os loteamentos irregulares ou clandestinos. Por último, os NUIs com um tempo de formação menor de cinco anos representam um pouco mais de 5% do total, evidenciando que o processo de formação de NUIs continua presente na região.

Os dados coletados não apoiam completamente uma distinção entre os padrões de ocupação. O questionário permite identificar o tempo de existência apenas dos NUIs inseridos na faixa temporal dos últimos dez anos, não é suficiente para identificar a relação entre a origem e os padrões de ocupação mencionados na seção 2 deste capítulo. Em especial quando nos referimos ao processo de urbanização tradicional, derivado da formação de cidades próximas aos rios, que estariam contempladas no grupo de mais de dez anos. Este conjunto de NUIs mais antigos está repartido de forma equitativa entre as zonas urbanas principais e as áreas rurais: 46,8% estão localizados de forma isolada da malha urbana principal, 27,7% estão na periferia da malha urbana e 25,5% estão inseridos na malha urbana. Este é um claro efeito das vilas, que foi comentado anteriormente.

TABELA 3
Caracterização dos NUIs por tipologia e tempo de estabelecimento – Polo Marabá

Tipologia	De 1 a 5 anos		De 5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Não tem informação		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Favela ou ocupação espontânea	5	7,35	10	14,71	53	77,94	0	0	68	31,8
Loteamento irregular ou clandestino	4	5,41	28	37,84	42	56,76	0	0	74	34,6
Conjunto habitacional	1	12,50	6	75,00	1	12,50	0	0	8	3,7
Distrito ou povoado	2	3,77	2	3,77	48	90,57	1	1,89	53	24,8
Sede municipal	0	0,00	0	0,00	9	100,00	0	0	9	4,2
Ocupação por populações tradicionais	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0	1	0,5
Outro	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0	1	0,5
Total	12	5,61	47	21,96	154	71,96	1	0,47	214	-

Fonte: Brasil e Ipea (2021).
Elaboração dos autores.

A análise realizada permite distinguir municípios mais recentes, com NUIs mais homogêneos, cuja sede municipal é quase integralmente um NUI, como os casos de Piçarra ou Canaã dos Carajás. Este último, porém, por efeitos da mineração, apresenta uma significativa diversificação das áreas urbanas e, por decorrência, dos núcleos. Nos núcleos históricos das cidades mais antigas, encontramos casos de espraiamento de imóveis irregulares, mas que por não estarem agrupados, na visão de alguns gestores municipais, não se trata de NUIs, mas de imóveis isolados. A identificação de ambos os casos, homogeneidade dos NUIs e espraiamento de imóveis

irregulares, leva a pensar que algumas das cidades podem ter suas sedes em situação parcialmente irregular, e em quantidades significativas.

A inexistência de dados quantitativos a respeito da situação fundiária do conjunto dessas áreas (predominantemente sem titulação ou apenas casos isolados sem titulação) revela que não há um dimensionamento real do problema e que esse processo também pode estar acontecendo em outros bairros consolidados. É o caso de Marabá, onde, segundo os técnicos, isso poderia estar acontecendo em todas as áreas urbanas construídas antes de 2010. Isso explicaria que poucos NUIs identificados foram formados antes de 1970, vinculados às áreas mais antigas das cidades (mapa 1). Em qualquer caso, sem bancos de dados atualizados sobre propriedades urbanas, é difícil capturar esse fenômeno. As áreas onde estaria acontecendo essa situação foram consideradas como áreas regularizáveis,¹⁵ portanto, com regularizações individuais já realizadas, porém incompletas no conjunto. Um caso assim identificado como NUI é o bairro do Cabelo Seco, em Marabá, área fundacional da cidade e que enfrenta regularmente problemas de enchentes.

FIGURA 4

Rua do bairro histórico do Cabelo Seco: sede municipal – Marabá



Elaboração dos autores.

15. Utilizamos aqui o termo utilizado por um técnico municipal da prefeitura de Marabá enquanto descrevia que essa seria a situação para os “90% da cidade”.

No mesmo conjunto de NUIs com mais de dez anos, encontramos também aqueles formados durante a transição urbana na região, que aconteceu a partir dos anos 1970, e que veio associada a movimentos sucessivos de migração. Movimentos que são periodicamente reativados quando se iniciam atividades de extração de recursos naturais ou são mobilizados grandes investimentos em infraestrutura urbana e logística. É evidente a relação da migração com a formação, densificação e/ou expansão de NUIs no Polo de Marabá. Isso explica que uma parte dos mais recentes estejam localizados naquelas cidades onde os investimentos se concentram.

São significativos os NUIs com menos de dez anos (de um a cinco anos e de cinco a dez anos) nos municípios de Canaã dos Carajás, 23,53% do total do município; e Parauapebas, com 39,47%, relacionados aos impactos da construção da mina S11D e à demanda aquecida pelo comércio internacional dos minérios. Outros municípios com NUIs recentes, menos significativos no conjunto da região, cresceram a partir da transformação de terras rurais para a ocupação informal urbana, em forma de loteamentos irregulares ou clandestinos e, em menor medida, de ocupação espontânea, como Jacundá, com 76,92%; Rondon, com 100%; Itupiranga, com 31,25%; Bom Jesus, com 100%; Piçarra, com 44,44%; São Domingos, com 30,77%; e São João do Araguaia, com 50%.

FIGURA 5

Rua do Conjunto Habitacional Magalhães:¹ conjunto residencial – Marabá



Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Conjunto habitacional do PMCMV ocupado por moradores antes de as unidades serem entregues.

A importância dos NUIs com mais de dez anos é clara em quase todos os tipos de NUIs. Destacamos a tipologia distrito ou povoado, que abrange as vilas, onde claramente o parâmetro temporal pode ser um indício de consolidação, pela sua vinculação rural. Junto com a tipologia das ocupações espontâneas e os loteamentos irregulares, serão as três tipologias que apresentarão uma maior tendência ao surgimento de novas moradias (tabela 4). A única exceção são os conjuntos habitacionais, a maioria dos quais construídos no âmbito do PMCMV, portanto mais recentemente, e localizados apenas em três cidades: Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Em razão da mineração e, conseqüentemente, da quantidade de NUIs – 63,55% do total, isto é, 136 dos 214 –, Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas destacam-se do conjunto de municípios. Nesse contexto, a mineração criou excepcionalidades no conjunto. Por um lado, isso ocorre porque os municípios mineradores recebem o impacto direto dos investimentos e das migrações, o que aumenta a área construída, que, de forma geral, é realizada de modo irregular, seja essa irregularidade urbanística e/ou seja fundiária. Ademais, devido ao crescimento de indicadores econômicos gerar desigualdades sociais, muito por conta de essas atividades não serem incluídas do prisma de renda, há prematuro surgimento de problemas de dimensão ou características metropolitanas. Por outro lado, a mineração cria uma outra excepcionalidade atualmente, em termos de recursos advindos do CFEM, como a capacidade técnica e as possibilidades de ordenamento territorial. Os efeitos de tais recursos, porém, ainda são incertos sobre o empoderamento dos processos democráticos de participação.

Para os municípios sem atividades de mineração, o seu eixo gravitacional fica preso às dinâmicas regionais, e, por conta de não possuírem atividades econômicas que se destacam, acabam sendo repositórios de mão de obra. Nesse grupo de municípios, há apreensão do imobilismo de dinâmicas demográficas e econômicas, mas não da urbanização, pois advém dos efeitos indiretos dos municípios mineradores e do agronegócio na região, como a valorização de terras e novos loteamentos, o que amplia as formas de ocupação e precarização.

No que se refere à dinâmica imobiliária interna (tabela 4), os NUIs desse conjunto de municípios (grupo 1) têm uma tendência à estabilidade: 70% permanecem estáveis e 30% continuam crescendo – 27% de forma lenta e 3%, aproximadamente, de forma rápida. Nos municípios de Marabá e Parauapebas, há mais NUIs com surgimento rápido de novas moradias, dois em cada um deles; em Marabá, há dezoito núcleos com lento surgimento; já em Canaã dos Carajás, esse número cai para treze, e não há registro de NUI com rápido surgimento. O grupo 2, formado pelo restante de municípios, destaca-se por uma tendência ao surgimento de novas moradias, apesar de ser predominantemente de lento surgimento:

no conjunto, possuem maior número de NUIs caracterizados pelo surgimento de novas moradias, com 42% dos núcleos com dinâmica lenta e 15% rápida, enquanto 40% encontram-se estáveis. No conjunto de NUIs com lento surgimento de novas moradias, destacam-se os municípios de Itupiranga e Jacundá, com dez NUIs em cada. Os dois municípios apresentam uma composição de população urbana e rural completamente diferentes,¹⁶ que se manifesta na tipologia de NUIs com rápido ou lento surgimento de novas moradias. Enquanto 90% dos núcleos de Jacundá são loteamentos irregulares, 50% dos de Itupiranga são distritos ou povoados. Por último, alguns NUIs de rápido surgimento de novas moradias se encontram em São Domingos do Araguaia (quatro) e em Brejo Grande do Araguaia (três).

TABELA 4

Tipos de NUI segundo a dinâmica imobiliária, por grupo de municípios – Polo de Marabá

Grupo de municípios	Tipologia dos NUIs	Rápido surgimento de novas moradias	Lento surgimento de novas moradias	Estável	Lenta diminuição do número de moradias	Total
Grupo 1	Favela ou ocupação espontânea	3	13	34	-	50
	Loteamento irregular ou clandestino	-	10	34	-	44
	Conjunto habitacional	-	-	8	-	8
	Distrito ou povoado	1	14	16	-	31
	Sede municipal	-	-	2	-	2
	Ocupação por populações tradicionais	-	-	1	-	1
	Outro	-	-	-	-	-
	Total do grupo 1	4	37	95	-	136
Grupo 2	Favela ou ocupação espontânea	6	6	6	-	18
	Loteamento irregular ou clandestino	3	20	6	1	30
	Conjunto habitacional	-	-	-	-	-
	Distrito ou povoado	3	6	12	1	22
	Sede municipal	-	-	7	-	7
	Ocupação por populações tradicionais	-	-	-	-	-
	Outro	-	1	-	-	1
	Total do grupo 2	12	33	31	2	78

Fonte: Brasil e Ipea (2021).
Elaboração dos autores.

16. Os dois municípios apresentam uma composição de população urbana e rural completamente diferentes. Enquanto Jacundá tinha 88% da população urbana e 12% rural para o ano de 2010, Itupiranga tinha em torno de 40% da população urbana e 60% rural.

A contiguidade urbana é uma característica relevante a ser considerada ao se planejar urbanização, infraestrutura e serviços. No geral, os NUIs encontram-se inseridos na malha urbana (tabela 5), porém com um número significativo de núcleos na periferia da malha urbana. Os isolados, apesar de serem minoritários, representam mais de 25% do total, como foi destacado anteriormente, o que se relaciona com um percentual similar de distritos ou povoados.

A categoria de completamente inseridos na malha urbana destaca-se como principal em quatro municípios: Canaã dos Carajás, com 41,18%; Marabá, com 54,69%; Piçarra, com 66,67%; e São João do Araguaia, com 100% dos núcleos do município. Já os municípios com NUIs completamente isolados da malha urbana da cidade foram majoritários em Abel Figueiredo (75%), Brejo Grande do Araguaia (100%), Eldorado do Carajás (66,67%), Itupiranga (56,25%) e São Domingos do Araguaia (46,15%). Os municípios com NUIs mais frequentemente localizados na periferia da malha urbana foram Bom Jesus do Tocantins, com 100%; Jacundá, com 84,62%; Palestina do Pará, com 87,50%; Parauapebas, com 52,63%; Rondon do Pará, com 66,67%; e São Domingos do Araguaia, com 46,15%.

TABELA 5

Caracterização dos NUIs segundo a contiguidade urbana – Polo de Marabá

Município	Completamente isolado da malha urbana da cidade		Na periferia da malha urbana da cidade		Completamente inserido na malha urbana da cidade	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Abel Figueiredo	3	75,00	0	0,00	1	25,00
Bom Jesus do Tocantins	0	0,00	4	100,00	0	0,00
Brejo Grande do Araguaia	3	100,00	0	0,00	0	0,00
Canaã dos Carajás	7	20,59	13	38,24	14	41,18
Eldorado do Carajás	2	66,67	0	0,00	1	33,33
Itupiranga	9	56,25	0	0,00	7	43,75
Jacundá	0	0,00	11	84,62	2	15,38
Marabá	25	39,06	4	6,25	35	54,69
Palestina do Pará	0	0,00	7	87,50	1	12,50
Parauapebas	2	5,26	20	52,63	16	42,11
Piçarra	0	0,00	3	33,33	6	66,67
Rondon do Pará	0	0,00	2	66,67	1	33,33
São Domingos do Araguaia	6	46,15	6	46,15	1	7,69
São João do Araguaia	0	0,00	0	0,00	2	100,00
Total	57	26,64	70	32,71	87	40,65

Fonte: Brasil e Ipea (2021).
Elaboração dos autores.

Como é sabido, a presença de NUIs em áreas preservadas é uma consequência da urbanização brasileira (Maricato, 2013). Na pesquisa, verificou-se que 139 dos NUIs do Polo de Marabá (66%) possuem áreas de preservação permanente (APPs) hídricas.¹⁷ A distribuição é muito desigual, desde municípios onde não há núcleos em APP até municípios onde todos os núcleos estão em áreas protegidas. Os núcleos identificados nessas áreas encontram-se em todos os municípios, exceto em Bom Jesus do Tocantins. A quantidade de núcleos com presença de APPs hídricas e o percentual em relação ao total em cada município podem ser consultados na tabela 6.

Em relação ao grau de suscetibilidade ao risco, caracterizado a partir das Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações do Serviço Geológico do Brasil, somente dois municípios apresentam informações: Marabá e São João do Araguaia. De acordo com as análises comparativas entre as áreas de suscetibilidade e as poligonais dos NUIs, no caso de Marabá, há 31 núcleos nas áreas de risco, sendo dez deles com alto risco de alagamento e 21 com risco médio. Já São João do Araguaia não apresentou nenhuma área coincidente.

TABELA 6

Número absoluto e percentual de NUIs em APPs hídricas – Polo de Marabá

Município	Quantidade	%
Abel Figueiredo	2	50
Bom Jesus do Tocantins	0	0
Brejo Grande do Araguaia	1	100
Canaã dos Carajás	19	56
Eldorado do Carajás	2	67
Itupiranga	13	81
Jacundá	9	69
Marabá	38	59
Palestina do Pará	5	63
Parauapebas	34	89
Piçarra	8	89
Rondon do Pará	2	67
São Domingos do Araguaia	4	31
São João do Araguaia	2	100
Total	139	66

Fonte: Brasil e Ipea (2021).
Elaboração dos autores.

17. O conceito de APP hídrica e o processo de classificação dos NUIs estão explicitados no capítulo 2 deste livro, o qual aborda a metodologia da Pesquisa NUI.

Os núcleos com situação adequada de urbanização e infraestrutura (tabela 7) representam 17,29%, enquanto o número aumenta para 43,93% com situação parcialmente adequada. Só três municípios apresentam percentuais significativos de NUIs com infraestrutura adequada: Canaã dos Carajás com 70,59% do total municipal; Palestina do Pará, 50%; e Brejo Grande do Araguaia, 66,67%. Os municípios onde a urbanização e infraestrutura parcial são majoritárias foram Bom Jesus do Tocantins com 100%, Jacundá com 61,54%, Marabá com 45,31% e Parauapebas com 71,05%. Por último, a urbanização e infraestrutura consideradas precárias estão presentes em Abel Figueiredo com 75%, Eldorado dos Carajás com 66,67%, Itupiranga com 75% e São Domingos do Araguaia com 76,92%. São João do Araguaia compartilha proporcionalmente os casos de urbanização e infraestrutura parcial e precária em 50%.

Em geral, a situação é de ausência considerável de infraestrutura ou urbanização nos NUIs no sudeste do Pará, pois 79% dos NUIs estariam em situação precária ou parcialmente adequada. Igualmente é significativo o número de NUIs para os quais não foi possível aferir esta informação nos municípios de Marabá e Piçarra, de acordo com as informações fornecidas pelos técnicos da prefeitura.

TABELA 7
Caracterização dos NUIs segundo indícios de urbanização e infraestrutura – Polo de Marabá

Município	Adequada		Parcial		Precária		Não foi possível aferir	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Abel Figueiredo	0	0,00	1	25,00	3	75,00	0	0,00
Bom Jesus do Tocantins	0	0,00	4	100,00	0	0,00	0	0,00
Brejo Grande do Araguaia	2	66,67	1	33,33	0	0,00	0	0,00
Canaã dos Carajás	24	70,59	8	23,53	1	2,94	1	2,94
Eldorado do Carajás	0	0,00	1	33,33	2	66,67	0	0,00
Itupiranga	0	0,00	4	25,00	12	75,00	0	0,00
Jacundá	0	0,00	8	61,54	5	38,46	0	0,00
Marabá	1	1,56	29	45,31	11	17,19	23	35,94
Palestina do Pará	4	50,00	2	25,00	2	25,00	0	0,00
Parauapebas	5	13,16	27	71,05	6	15,79	0	0,00
Piçarra	0	0,00	3	33,33	0	0,00	6	66,67
Rondon do Pará	0	0,00	3	100,00	0	0,00	0	0,00
São Domingos do Araguaia	1	7,69	2	15,38	10	76,92	0	0,00
São João do Araguaia	0	0,00	1	50,00	1	50,00	0	0,00
Total	37	17,29	94	43,93	53	24,77	30	14,02

Fonte: Brasil e Ipea (2021).
Elaboração dos autores.

Destaca-se, no conjunto regional, Canaã dos Carajás, devido ao governo municipal ter orientado parte dos recursos derivados da mineração tanto à criação e à execução de uma política municipal de regularização quanto à urbanização, com infraestrutura de boa parte da cidade.¹⁸ A prefeitura, além de ter finalizado diversos projetos de regularização fundiária, e ter outros em andamento, dispõe de um banco de dados atualizado sobre a situação fundiária das áreas urbanas.

No restante dos municípios, se identificou uma dificuldade de sistematização de dados básicos, mesmo que relacionados a outros setores das prefeituras, como quantidade de moradores que pagam o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos imóveis, ou uma planta com informações sobre a informalidade urbana. Essa ausência de bancos de dados dificultou, em grande medida, a coleta de informações, e revelou as poucas prefeituras que possuem instrumentos e corpo técnico especializado em irregularidade urbana.¹⁹

Apesar de não ser o foco da pesquisa, identificou-se que a capacidade técnica e de infraestrutura é, em geral, deficitária, com exceção dos municípios de Canaã dos Carajás, Parauapebas e Marabá. Há também defasagem dos planos diretores e legislações urbanas, assim como pouca sistematização de levantamentos técnicos (bancos de dados e cartografias).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de assentamentos precários como os NUIs é um processo inerente da urbanização brasileira (Rolnik, 2009; Maricato, 2013). Isso pode ser constatado também no sudeste paraense, onde todas as cidades do estudo apresentaram NUIs, independentemente do tamanho da população, do ano de formação do município ou da dinâmica econômica. A maior parte dessas áreas, mais de 71%, encontra-se em situação consolidada, considerando o tempo de formação dos núcleos, porém o processo continua ativo, criando novos núcleos.

Apesar da presença generalizada, mais da metade dos NUIs estão concentrados em três municípios: Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, as três cidades mais dinâmicas demográfica e economicamente. A histórica distribuição desigual dos grandes investimentos, atrelados ao Estado e à atividade mineradora recente, explica essa distribuição concentrada. Além do mais, são também os que apresentam maior diversidade interna de tipologias entre o conjunto de municípios. Em contrapartida à maior quantidade de áreas informais, a compensação financeira da mineração permite que apresentem melhores condições técnicas e financeiras para propor estratégias de regularização fundiária.

18. Política dirigida pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás (Idurb).

19. Os municípios que expressaram ter projetos de regularização fundiária em diferentes estágios de elaboração foram: Marabá, Parauapebas, Palestina do Pará, Piçarra, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, Jacundá, Bom Jesus do Tocantins e Rondon do Pará. São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Abel Figueiredo não têm projetos em andamento.

Os municípios sem atividades de mineração, apesar de não terem uma dinâmica econômica e demográfica comparável com esses três municípios, não são alheios à realidade regional. No conjunto deles, apresentam incremento recente no número de NUIs (13,5% do total de NUIs construídos nos últimos dez anos) e surgimento de novas construções nos núcleos existentes.

As tipologias de NUIs mais frequentes na região são os loteamentos irregulares e as favelas, os quais constituem as duas formas mais habituais de crescimento das cidades da região (Cardoso e Lima, 2006). Deve-se destacar, não obstante, a quantidade de distritos ou povoados, denominados na região de vilas rurais, como uma tipologia que representa 25% do total de núcleos identificados. Como se comentou anteriormente, apesar de algumas vilas consideradas NUIs estarem no limiar entre a definição do urbano e do rural, encontram-se submetidas a processos similares entre a expansão da fronteira agrícola e um processo intenso de urbanização.

As tipologias têm um claro desdobramento na localização dos núcleos, estando a maioria nas malhas urbanas das cidades ou na periferia delas. De novo, é significativo o número de NUIs que se encontram fora da cidade, 26% do total, atendendo a um percentual similar de vilas. Esse grupo representa um desafio à gestão municipal, tendo em conta que entre essas vilas e a sede municipal podem haver centenas de quilômetros de distância dentro do mesmo município.

A presença de NUIs em APPs hídricas é majoritária, com 66% do total. Entre todas as características, a situação urbanística e de infraestrutura é especialmente preocupante. Nesse sentido, em boa parte das cidades paraenses, a situação é similar, com carência de infraestrutura, principalmente de saneamento, tanto nos núcleos informais quanto em bairros tidos como formais. Cardoso e Lima (2006) indicam que, até recentemente, a diferenciação interna nas cidades do sudeste paraense era menor que entre as cidades e suas áreas periféricas. Isso é uma dificuldade agregada para futuras regularizações, já que dificilmente serão prioritárias em relação ao conjunto formal da cidade, também necessitado de infraestrutura e urbanização. No caso das vilas, a situação é menos promissora, sendo a única tipologia em que o grupo de NUIs em situação precária é majoritário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. J. A. de (Coord.). **Estudo da demanda para regularização fundiária de assentamentos urbanos no âmbito do Programa Papel Passado**. Santo André: Ed. UFABC, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3AzrST6>>.

BANDEIRA, A. **Alterações socioespaciais no sudeste do Pará: a mudança de terra rural para solo urbano na cidade de Canaã dos Carajás**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

BRASIL; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil** – produto 9: relatório parcial de pesquisa de campo contendo aprofundamento do conhecimento sobre os aspectos físicos e territoriais dos NUI no Polo Marabá. Brasília: Ipea; SNH/MDR, 2021. Mimeografado.

CABRAL, R.; ENRÍQUEZ, M.; SANTOS, D. V. Canaã dos Carajás, do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. *In*: FERNANDES, F. R. C.; ENRIQUEZ, M. A. R. S.; ALAMINO, R. C. J. (Eds.). **Recursos minerais e sustentabilidade territorial**. Rio de Janeiro: Cetem; MCTI, 2011. p. 39-68.

CARDOSO, A. C. D. *et al.* Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, 2020.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem. *In*: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. Belém: Ed. UFPA, 2006.

CARDOSO, A. C. D.; MELO, A. C.; GOMES, T. V. O urbano contemporâneo na fronteira de expansão do capital: padrões de transformações espaciais em seis cidades do Pará, Brasil. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 4, n. 1, p. 5-28, 2017.

CARDOSO, A. L. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CORRÊA, R. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

COSTA, F. A. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2009.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Ed. UFPA; Naea, 1999.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FISCHER, L. R. C. **Prestação de serviços de consultoria para atualização do Marco Legal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Canaã dos Carajás**. Belém: Ed. UFPA, 2018. 111 p.

GODFREY, B. J.; BROWDER, J. O. Disarticulated urbanization in the Brazilian Amazon. **Geographical Review**, v. 86, n. 3, p. 441-445, 1996.

GODFREY, B. J.; BROWDER, J. O. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: Edua, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agglomerados subnormais**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Nota Técnica, n. 2020).

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

LEITÃO, K. O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. 285 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

_____. **História da Amazônia**: do período da borracha aos dias atuais. Belém: Cultural Brasil, 2015.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 54, p. 77-98, 2005.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: VAINER, C.; MARICATO, E.; ARANTES, O. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MELO, A. C. **Modernização e transformações recentes nos processos intraurbanos no Sudeste do Pará**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MELO, A. C. C.; CARDOSO, A. C. D. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia. **Nova Economia**, v. 26, p. 1211-1243, 2016.

MIRANDA, H.; GOMES JÚNIOR, E. Urbanização reflexa: a emergência de arranjos urbanos intermediários no Brasil pós-1990. **EURE**, Santiago, v. 43, n. 130, p. 207-234, 2017.

MIRANDA, R. R. **(Contra)Hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no sudeste paraense**. 2017. 380 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MIRANDA, T. B. **A ilusão da igualdade**: natureza, justiça ambiental e racismo em Belém. 2020. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento**: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994. p. 169-181.

_____. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 111, n. 1, p. 9-18, jul. 2006.

MORAIS, M. P.; KRAUSE, C. H.; LIMA NETO, V. C. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016.

OTSUKI, K. Framing frontier governance through territorial processes in the Brazilian Amazon. **Local Environment**, v. 16, n. 2, p. 115-128, 2011.

PEREIRA, A. R. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PETIT, P. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PONTES, L. B. **Cidade, desenho e natureza: uma reflexão sobre os espaços livres de Marabá**. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RODRIGUES, R. M. **Empresas, company towns e territorialização**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANPUR), 12., 2007, Belém, Pará. **Anais...** Belém: Anpur, 2007.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, nov. 2009.

SAIDLER, M. F. S. **As (in)constâncias da urbe selvagem**. 2015. 509 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 113 p.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

STAMM, C. *et al.* A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações**, v. 14, n. 2, p. 251-265, 2013.

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Aspectos territoriais e demográficos da Amazônia Legal**. Belém: Sudam, 1975.

_____. **Polamazônia Carajás**. 2. ed. Belém: Sudam, 1976.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TOURINHO, H. L. Z. **Planejamento urbano em área de fronteira econômica**: o caso de Marabá. 1991. 482 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

TRECCANI, G. D. O título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição da propriedade. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Pará**, n. 20, p. 121-158, 2009.

TREVISAN, R. Cidades plantadas na floresta Amazônica: ações estatais para ocupação e urbanização do centro-norte brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 51, p. 113-137, 2010.

TRINDADE JÚNIOR *et al.* Uma cidade média na Amazônia Oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense. *In*: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Ed.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Marabá e Los Angeles. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2016.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Manaus: UEA Edições, 2013.

VENTURA NETO, R. S. **A (trans)formação socioespacial da Amazônia**: floresta, rentismo e periferia. 2017. 297 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÓN, L. E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**: cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

BARACHO, H. U.; MUNIZ, I. G. História e formas jurídicas de distribuição de terras no Brasil. **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 1, n. 2, p. 367-382, jul.-dez. 2015.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 47, p. 357-371, 1985.

_____. Carajás, gestão do território e territorialidade na Amazônia. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, p. 77-89, 1988.

_____. Amazônia: mudanças estruturais na passagem do milênio. *In*: MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 115-140.

_____. Ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. *In*: BECKER, B. K.; VIEIRA, I. C. G. (Org.). **As amazônias de Bertha**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. v. 2.

BENCHIMOL, S. **Amazônia, um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Umberto Calderaro, 1977

BERCOVICI, G. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.

BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 12563, 31 out. 1966. Seção 1.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, 2009.

CARDOSO, A. C. D.; NEGRÃO, M. R. G. Considerações sobre a pobreza no Brasil e suas manifestações nas cidades da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 9, n. 1, 2006.

COELHO, T. P. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. *In*: ZONTA, M.; TROCATE, C. **A questão mineral no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana, 2015. v. 1.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

HECKENBERGER, M. J. *et al.* Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland? **Science**, v. 301, n. 5640, p. 1710-1714, 2003.

MAGALHÃES, M. P. (Org.). **Amazônia antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. 429 p. Disponível em: <<https://bit.ly/3tZJntJ>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

- MARX, M. **Cidades no Brasil**: terra de quem? São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.
- MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia, terra e civilização**: uma trajetória de 60 anos. Belém: Banco da Amazônia, 2004.
- MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-208, 2005.
- NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 86 p.
- PENTEADO, A. R. **Belém**: estudo de geografia urbana. Belém: Ed. UFPA, 1968. v. 2. (Coleção amazônica, Série José Veríssimo).
- RAIOL, J. A. (Coord.). **Perspectivas para o meio ambiente urbano**: GEO Marabá. Brasília: MMA; Rio de Janeiro: UN-HABITAT; Ibam; Iser, 2010. 140 p.
- PRIETO, G. F. T. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista**: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. 2016. 742 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SILVA, H. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017, p. 265.
- SIMMONS, C. S. *et al.* The Amazon land war in the south of Pará. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 97, n. 3, p. 567-592, 2007.
- SOUZA JUNIOR, J. A. **Tramas do cotidiano**: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos – Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina. 2009. 427 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **I Plano Diretor**: triênio 1968/1970. Belém: Sudam, 1967. v. 2.
- _____. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia**: detalhamento do 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Belém: Sudam, 1976.
- TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 29, n. especial, p. 107-121, 2011.